



Aviso nº 1/2019

Abertura de procedimento concursal comum para o preenchimento de um (1) posto de trabalho do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa, na carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de limpeza, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP)

1. Nos termos do disposto nos artigos 9º e 10º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, conjugado com o artigo 19º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n. 145-A/2011, de 6 de abril e artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, torna-se publico que, por deliberação da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu, concelho de Vila Viçosa tomada em sua reunião ordinária de 26 de dezembro de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público em www.bep.gov.pt e na página eletrónica desta Junta de Freguesia em www.conceicao-sbartolomeu.pt, procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público a estabelecer por contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, no âmbito do Programa de Regularização dos Vínculos Precários, tendo em vista o preenchimento de um (1) posto de trabalho, previsto no Mapa de Pessoal para o ano de 2019 da Junta de Freguesia, na categoria de Assistente Operacional, carreira de Assistente Operacional, área de Auxiliar de Serviços Gerais.

2. Legislação aplicável: Lei 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Portaria nº 83-A/2009, 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145-A/2011, de 6 de abril; Decreto-Regulamentar nº 14/2008, de 31 de julho; Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro e Código do Procedimento Administrativo.

3. Local de Trabalho: Área da Junta de Freguesia

4. O procedimento concursal destina-se à ocupação de um (1) posto de trabalho do Mapa de Pessoal para o ano de 2019 desta Junta de Freguesia, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40º e seguintes da LTFP.

5. Fundamento para a abertura do procedimento concursal comum: o presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro.

6. Caracterização sumária das funções:

6.1. Realiza funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Executa tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos serviços, podendo comportar esforços físicos; Responsabiliza-se por equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo quando necessário à manutenção e reparação dos mesmos. Colabora eventualmente nos trabalhos auxiliares de montagem, desmontagem e conservação de equipamentos; Auxilia a execução de cargas e descargas; Realiza tarefas de arrumação e distribuição; Executa outras tarefas simples, não especificadas de carácter manual e exigindo principalmente esforço físico e conhecimentos práticos; Levanta e reveste muros de



alvenaria; assenta manilhas, azulejos, e ladrilhos; aplica camadas de argamassas de gesso em superfícies de edificações, para o que utiliza ferramentas manuais adequadas; Executa tarefas fundamentais de pedreiro; Monta bancas, sanitárias, coberturas e telha; Executa operações de caiação a pincel ou com outros dispositivos; assegura a limpeza de bermas e valetas dos caminhos rurais.

6.2 A descrição de funções em referência, não prejudica a atribuição ao trabalhador de funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação, nos termos do nº 1, artigo 81º, do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho.

7. Habilitações literárias exigidas: Escolaridade obrigatória de acordo com a idade.

8. Posição remuneratória: 1ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional, carreira de Assistente Operacional, correspondente ao nível remuneratório 1 da Tabela Remuneratória Única: 600,00€, conforme artigo 12º das Lei 112/2017, de 29 de dezembro, sem prejuízo do artigo 13º do mesmo diploma.

9. Requisitos de admissão: Podem candidatar-se os trabalhadores que até ao termo do prazo para apresentação de candidaturas:

a) Reúnam todos os requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17º da LTFP;

b) Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro;

c) Possuam a escolaridade obrigatória de acordo com a idade, não existindo a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação e/ou experiência profissional, nos termos do nº 2 do artigo 8º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro.

10. Impedimentos de Admissão: Em conformidade com o disposto na alínea l) do nº 3 do artigo 19º da citada Portaria não podem ser admitidos candidatos que cumulativamente se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Junta de Freguesia, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento.

11. Forma e prazo de apresentação das candidaturas:

11.1. Prazo: dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público em www.bep.gov.pt e na página eletrónica da Junta de Freguesia em www.conceicao-sbartolomeu.pt.

11.2 Forma: As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário próprio, disponível na Secretaria da Junta de Freguesia e na página eletrónica da Junta de Freguesia em www.conceicao-sbartolomeu.pt podendo ser enviadas por via eletrónica para o endereço de e-mail: conceicao.s.bartolomeu@gmail.com, identificado em assunto por "Regularização de Precários (procedimento a que se candidata) ", até às 24H00 do último dia do prazo para apresentação das candidaturas ou por correio registado com aviso de receção endereçado à Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu, Rua Dr. António José de Almeida, s/n, 7160-275 Vila Viçosa (valendo a data aposta no registo como data de envio para efeitos de cumprimento do prazo referido no



A

ponto anterior) ou entregues pessoalmente no mesmo endereço das 09H00 às 12H30M e das 14H00 às 17H30M.

11.3 No formulário de candidatura são de preenchimento obrigatório: Identificação do procedimento concursal objeto da candidatura com indicação do número de oferta de emprego publicada na BEP, identificação do candidato (nome, data de nascimento, nacionalidade, número de identificação fiscal, residência, telefone e endereço eletrónico, quando exista); habilitações académicas e profissionais; decisão de reconhecimento prévio do vínculo precário, situação face aos requisitos enunciados no artigo 17º da LTFP, data e assinatura.

11.4 O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de candidatura por parte do candidato determina a sua exclusão do procedimento concursal.

12. Documentos que devem acompanhar o formulário de candidatura:

a) Currículo vitae detalhado e atualizado, devidamente datado e assinado, onde conste a identificação pessoal, habilitações literárias, as funções que exerce e as que desempenhou anteriormente com indicação dos correspondentes períodos e atividades relevantes, bem como a formação profissional detida, referindo as ações de formação finalizadas e a sua duração, as quais todavia só serão tidas em consideração pelo júri do procedimento se devidamente comprovadas;

b) Fotocópia do certificado de habilitações, nos termos do nº 2 do artigo 28º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual;

c) Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas, com indicação da entidade que as promoveu, período em que as mesmas decorreram e respetiva duração;

d) Declaração emitida pela Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu devidamente autenticada e atualizada da qual conste a descrição detalhada das tarefas e responsabilidades desempenhadas pelo candidato, com vista à apreciação do conteúdo funcional e respetiva duração;

e) Quaisquer outros documentos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito.

12.1. A não apresentação dos documentos referidos anteriormente nas alíneas a) b) e d) do ponto 12, por serem indispensáveis para efetuar a avaliação do candidato, determina a respetiva exclusão do procedimento concursal, nos termos da alínea a) do nº 9 do artigo 28º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual.

12.2. A não apresentação dos restantes documentos determina a não valorização, em termos curriculares, dos factos ou situações que por eles deveriam ser comprovados.

12.3. O Júri pode exigir aos candidatos que apresentem documentos comprovativos de factos por eles referidos no currículo que possam relevar para a apreciação do seu mérito e que se encontrem deficientemente comprovados.

12.4. A apresentação de documento falso determina a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e, ou, penal.

13. Notificação da exclusão do procedimento concursal: os candidatos excluídos são notificados para a realização da audiência dos interessados nos termos do nº 7 do artigo 10º da Lei 112/2017, de 29 de



dezembro, e do Código do Procedimento Administrativo, na forma prevista na alínea a) do nº 3 do artigo 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual.

14. Notificação para a realização dos métodos de seleção: os candidatos admitidos são convocados para a realização dos métodos de seleção por notificação pela forma prevista na alínea a) do nº 3 do artigo 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, com indicação do dia, hora e local da realização dos métodos de seleção.

15. Métodos de Seleção: O método único de seleção a aplicar é a avaliação curricular – artigo 11º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, alínea a) do nº 2 do artigo 36º da LTFP e nº 6 do artigo 10º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro.

15.1. A avaliação curricular é valorada de acordo com a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. Visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, e a experiência profissional no exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = 0,1 \text{ HAP} + 0,3 \text{ FP} + 0,6 \text{ EP}$$

Em que:

AC = Avaliação Curricular

HAP = Habilitações Académicas e Profissionais, será ponderada até ao limite de 20 valores: -
Escolaridade obrigatória: 18 valores

- 12º ano escolaridade : 20 valores

FP = Formação Profissional, serão ponderadas as ações de formação relacionadas com a área de atividade caracterizadora do posto de trabalho a preencher que se encontrem devidamente comprovadas e será valorada até ao máximo de 20 valores, da seguinte forma:

- i) Sem ações de formação ou não relacionada com a área de atividade – 7 valores
- ii) Por cada ação de formação de duração até 24 horas – acresce 0.25 valores
- iii) Por cada ação de formação de duração entre 25 e 35 horas – acresce 0,5 valores
- iv) Por cada ação de formação de duração entre 36 horas e 89 horas – acresce 0,75 valores
- v) por cada ação de formação de duração entre 90 e 179 horas – acresce 1 valor
- vi) por cada ação de formação de duração entre 180 e 269 horas – acresce 1,25 valores.

As ações e os cursos de formação em que não seja possível determinar a sua duração serão pontuados pelo valor mínimo de 0.25 valores.

O candidato é pontuado até ao máximo de 20 valores.



Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu, Vila Viçosa

EP = Experiência Profissional, pretende-se determinar a qualificação dos candidatos para o posto de trabalho em causa, ou seja o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e a atividade caracterizadora do posto de trabalho a preencher. Com efeito a adequação funcional dos candidatos, ou seja a sua qualificação, depende do maior ou menor contacto orgânico-funcional com as referidas áreas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EP = (AQT + 2 AQL) / 3$$

Em que:

Avaliação Quantitativa (AQT)

- Sem experiência profissional ou inferior a um ano – 0 valores;
- Experiência \geq a 1 ano e $<$ a 3 anos – 10 valores;
- Experiência \geq a 3 anos e $<$ a 6 anos – 14 valores;
- Experiência \geq a 6 anos e $<$ a 10 anos – 16 valores;
- Experiência superior a 10 anos – 20 valores.

Avaliação Qualitativa (AQL) apenas é considerada a experiência caracterizadora do posto a preencher:

- Sem experiência de trabalho ou $<$ 1 ano – 0 valores;
- Experiência \geq 1 ano e $<$ a 3 anos – 10 valores;
- Experiência \geq 3 anos e $<$ a 6 anos – 14 valores;
- Experiência \geq 3 anos e $<$ a 10 anos – 16 valores;
- Experiência superior a 10 anos – 20 valores

Estes fatores são avaliados tendo por base a análise do curriculum vitae e as declarações passadas pelos serviços onde o candidato exerce/exerceu funções.

Os candidatos são pontuados no fator “Experiência Profissional” até ao limite máximo de 20 valores, sendo apenas pontuada a experiência profissional devidamente comprovada.

16. Aplicando-se os dois métodos de seleção supra referidos, a valoração será convertida numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação das seguintes fórmulas finais:

$$OF = 70\% AC + 30\% EPS$$

Em que:

OF = Ordenação Final

AC = Avaliação Curricular

EPS= Entrevista Profissional de Seleção



17. Exclusão de candidatos: serão excluídos do presente procedimento os candidatos que:

- a) Não reúnam até ao termo do prazo de candidatura os requisitos de admissão previstos no ponto 9 do presente aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos;
- b) Obtenham valoração inferior a 9.5 valores num dos métodos de seleção ou nas fases que eles comportem;
- c) obtenham valoração final inferior a 9,5 valores

18. Publicitação dos resultados: a publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção é efetuada através da lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu e disponibilizada na respetiva página eletrónica.

19. Ordenação final dos candidatos: a ordenação final dos candidatos que completem o procedimento é efetuado de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, quando aplicável mais do que um.

20. Critérios de ordenação preferencial: em caso de igualdade de valoração, serão adotados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos no artigo 35º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

21. Há lugar a audiência de interessados após a aplicação de todos os métodos de seleção previstos e antes de proferida a decisão final, nos termos do código do Procedimento Administrativo, pela forma referida nas alíneas a) do nº 3 do artigo 30º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

22. Nos termos da alínea t) do nº 3 do artigo 19 da citada Portaria, os critérios de apreciação e de ponderação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respetiva formula classificativa, constam das atas das reuniões do Júri do procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

23. A lista de classificação e ordenação final dos candidatos, após homologação, é publicada na BEP, afixada em local público e visível nas instalações da Junta de Freguesia, e disponibilizada na respetiva página eletrónica; sendo ainda publicado um aviso na 2ª série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do nº 6 do artigo 36º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

24. Composição do Júri:

Presidente: Francisco António Gonçalves Ameixa, Presidente da Junta de Freguesia

Vogais efetivos:

Duarte José Ferreira Pernas, Secretário da Junta de Freguesia

Maria Paula Vilela Severino Queiroz, Tesoureira da Junta de Freguesia

Vogais Suplentes:



Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu, Vila Viçosa

1º Vogal – Eduardo Manuel Gomes Pina, Presidente da Assembleia de Freguesia

2º vogal – Maria Vitória Rosado Silva Pereira, Assistente Técnico

25. Em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se pelas disposições constantes da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, Constituição da República Portuguesa e código do Procedimento Administrativo.

26. Igualdade de oportunidades: em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar todas e qualquer forma de discriminação.

27. Nos termos do disposto no nº 4 do artigo 10º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) e na página eletrónica da Junta de Freguesia (www.conceicao-sbartolomeu.pt).

VILA Viçosa, 10 de janeiro de 2019

O Presidente da Junta de Freguesia

Francisco António Gonçalves Ameixa



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE REGULARIZAÇÃO

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

Código de candidato

A preencher pela entidade
empregadora

CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira _____ Categoria _____

Área de atividade _____

1. DADOS PESSOAIS

Nome completo:

Data de nascimento:

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Nacionalidade:

Nº de Identificação Fiscal:

Morada:

Código Postal: Localidade: _____

Concelho de residência:

Telefone: Telemóvel:

Endereço electrónico: _____

Decisão de reconhecimento do vínculo precário _____

2. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o quadrado apropriado:

01 Menos de 4 anos de
escolaridade

☐

08 Bacharelato

☐

02 4 anos de escolaridade
(1.º ciclo do ensino básico)

09 Licenciatura



03 6 anos de escolaridade
(2.º ciclo do ensino básico)

04 9.º ano (3.º ciclo do ensino
básico)

05 11.º ano

06 12.º ano (ensino secundário)

07 Curso tecnológico /profissional/
outros (nível III)*

10 Pós-graduação

11 Mestrado

12 Doutoramento

13 Curso de especialização
tecnológica

99 Habilitação ignorada

* Nível III: Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

2.1 Identifique o curso e /ou área de formação:

2.2 Indique cursos de pós – graduação, mestrado ou doutoramento:

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

3.1 Funções exercidas, directamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

3.2 Outras funções e actividades exercidas:



4. REQUISITOS DE ADMISSÃO

"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, se for o caso, os requisitos exigidos na subalínea v) da alínea d) do n.º 1 do artigo 27.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro".

Sim

Não

☐☐

5. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de selecção.

6. DECLARAÇÃO (f), n.º 1 do artigo 27.º, da Portaria n.º 83-A/2009 de 22/01)

"Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas".

Localidade: _____

Data: _____

Assinatura

Documentos que anexa à candidatura:

Curriculum

Certificado de habilitações

Comprovativos de formação
(Quantidade _____)

Outros:
